jornalodebate@jornalodebate.com.br

O Debate do Maranhão

Edição 13.150 | 18 de setembro de 2024 - Quarta - Feira - São Luís - MA | R$ 2,00

Emissão de gases do efeito estufa por queimadas na Amazônia cresce 60%

Dados constam do levantamento do Observatório do Clima.

Pag. 2

Correios abrem período de adesão a Programa de Desligamento Voluntário

Pag. 2

Santa Rita e Barreirinhas recebem o Movimenta Agro

Pag. 5

Bets que não pediram autorização serão suspensas a partir de outubro

Pag. 8

São Luís receberá o Festival Paralímpico Loterias Caixa no sábado (21)

Pag. 6

Apex assina convênios de R$ 537 milhões para incentivar exportação

Pag. 7

LOTERIAS	COTAÇÕES	TEMPO	MARÉS
01 04 05 07 08 12 14 17 18 19 21 22 23 24 25	Dólar - R$ 5,51 Dólar turismo - R$ 5,539 Euro - R$ 6,019 Euro turismo - R$ 6,01	27°C	5:46 - 18:02 0:15 - 5,7 m 6:41 - 0,7 m 12:49 - 5,6 m

Correios abrem período de adesão a Programa de Desligamento Voluntário

Para aderir, empregados devem estar há pelo menos 25 anos na empresa.

Os Correios iniciaram o período de adesão ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV), voltado para quem trabalha na empresa há pelo menos 25 anos e tem entre 55 e 75 anos de idade.
Anunciado no início de julho, em conjunto com a realização de um novo concurso público, o PDV vai oferecer incentivo financeiro para quem quer sair dos Correios.
As inscrições começaram ontem (16) e vão até a próxima terça-feira (24). Segundo a empresa, os empregados que quiserem participar do programa devem estar ativos na data do desligamento e ter tido pelo menos 36 meses de remuneração nos últimos 60 meses.
Pelas regras do PDV, cada funcionário que aderir ao programa receberá uma indenização calculada a partir de uma fórmula que leva em consideração, entre outros fatores, a média aritmética dos valores recebidos pelo empregado nos últimos 60 meses, contados a partir de 31 de agosto; uma pontuação calculada com base e cada efetivo de exercício, contados a partir da data de admissão; idade, função e um adicional de aposentadoria.
Concurso
Na última sexta-feira (13), o presidente dos Correios confirmou a realização do concurso para o preenchimento de 3.468 vagas de nível médio e superior. A previsão é que o edital seja publicado ainda este mês.
Fonte: Agência Brasil/Edição: Sabrina Craide

Cresce a contratação de previdência privada na região Nordeste

Os nordestinos têm se mostrado mais conscientes sobre a importância de se planejarem financeiramente para o futuro. Conforme dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep), a procura por planos de previdência privada registrou crescimento de 15,9% na região durante o primeiro semestre de 2024, quando comparada ao mesmo período do ano passado. Na Bradesco Vida e Previdência, o aumento chegou a 19,3%.
"A crescente demanda por previdência privada entre os nordestinos revela que a população está cada vez mais considerando esse investimento como uma forma de conquistar uma vida mais tranquila na aposentadoria e, também, de realizar projetos, como o custeio de uma universidade, uma especialização no exterior ou a abertura de um negócio", destaca Marcelo Rosseti, superintendente sênior de Negócios da Bradesco Vida e Previdência.

Tallyta Pavan

Emissão de gases do efeito estufa por queimadas na Amazônia cresce 60%

Dados constam do levantamento do Observatório do Clima.

As queimadas na Amazônia, de junho a agosto deste ano, resultaram em uma emissão de gases do efeito estufa 60% maior do que a observada no mesmo período do ano passado. De acordo com pesquisa divulgada pelo Observatório do Clima, os incêndios na região emitiram 31,5 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO^2) equivalente na atmosfera.
O valor, segundo o Observatório do Clima, se aproxima do total emitido pela Noruega em um ano (32,5 milhões de toneladas).
Ane Alencar, diretora científica do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), que fez o cálculo das emissões que consta no levantamento do Observatório do Clima, destaca que os dados ainda não consideram as queimadas ocorridas em setembro. "O pior, infelizmente, está acontecendo agora, em setembro", afirma.
Dos 2,4 milhões de hectares incendiados no período de junho a agosto, segundo o Observatório do Clima, 700 mil correspondiam a florestas, cuja queima emitiu 12,7 milhões de toneladas de CO^2 equivalente.
De acordo com o levantamento, mesmo depois da extinção dos incêndios, as emissões seguirão por alguns anos, devido à decomposição da matéria orgânica queimada, a chamada emissão tardia.
Estima-se que na próxima década, a vegetação destruída por esses incêndios emitirá mais 2 a 4 milhões de toneladas de CO^2 equivalente.
Além das emissões tardias, os incêndios também fragilizam as florestas e propiciam incêndios ainda mais intensos em anos seguintes.
"Quando a floresta queima a primeira vez, ela fica mais suscetível a outros incêndios. As árvores perdem as folhas, caem, quebram outras árvores. Com isso, passa a ter mais material combustível no chão. Além disso o ar quente entra mais na floresta. Enfim, ela fica mais inflamável. Quando o segundo fogo vem, ele é mais intenso e vai emitir bem mais [gases do efeito estufa]", explica Ane.
Segundo Marcos Freitas, coordenador do Instituto Virtual de Mudanças Globais (Ivig), vinculado ao Instituto de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), as queimadas na Amazônia provocam mais emissões por causa de uma maior concentração de biomassa por área.
"Os outros ecossistemas, como o Cerrado, acabam tendo menos biomassa por hectare e, portanto, menos CO^2. Na Amazônia, a gente trabalha com 250 a 300 toneladas de carbono por hectare", diz. "Outros colegas estão muito preocupados de a gente ultrapassar os 20% [de desmatamento, em relação ao total da área original] da floresta [amazônica] e você ter uma perda de evapotranspiração muito elevada, e isso provocar um aumento da seca", afirma.
Efeito estufa
Os gases do efeito estufa são aqueles que têm a capacidade de aprisionar o calor do sol na atmosfera terrestre. A unidade de medida usada para as emissões chama-se CO^2 equivalente porque o dióxido de carbono não é o único desses gases. Outros, como o metano (CH4) e o óxido nitroso (N2O), têm capacidades ainda maiores de aprisionamento de calor, de acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Fonte: Agência Brasil/Edição: Aécio Amado

Especialista do Inca alerta para risco da fumaça das queimadas à saúde

O Brasil precisa reduzir a exposição da população à fumaça gerada pelas queimadas para evitar um aumento do número de casos de câncer nas próximas décadas.
O alerta é da epidemiologista Ubirani Otero, chefe da Área Técnica Ambiente, Trabalho e Câncer do Instituto Nacional de Câncer (Inca), que define o cenário atual como "muito preocupante".
A pesquisadora conversou com a Agência Brasil nesta terça-feira (17) sobre os efeitos da fumaça na saúde humana.
"Se a gente não prevenir essas questões hoje, a gente corre risco de ter um aumento dos tipos câncer relacionados ao sistema respiratório em um futuro próximo", diz Ubirani Otero.
O alerta da especialista aponta o caminho para evitar o surgimento de casos. "A melhor prevenção contra o câncer é a eliminação da exposição. Se cessar o quanto antes, a gente pode prevenir muitos casos no futuro."
A epidemiologista explica que a fumaça proveniente dos incêndios florestais é formada por inúmeros compostos químicos, o que a tornam cancerígena.
"As queimadas geram muito material particulado. Estamos falando de liberação de monóxido de carbono, solventes, metais pesados, hidrocarbonetos aromáticos, fuligem, uma gama de material que fica suspenso no ar".

Ubirani Otero, especialista do Inca, alerta para perigo da fumaça das queimadas - Arquivo pessoal/Divulgação

Incêndios
O Brasil vivencia um panorama grave de queimadas e incêndios florestais em 2024. De janeiro a agosto, os incêndios atingiram 11,39 milhões de hectares, segundo dados do Monitor do Fogo Mapbiomas, divulgados no último dia 12. De acordo com o levantamento, 5,65 milhões de hectares – área equivalente ao estado da Paraíba – foram consumidos pelo fogo apenas no mês de agosto, o que equivale a 49% do total do ano.
Na tarde desta terça-feira, está marcada uma reunião dos chefes dos Três Poderes da República para tratar da questão. O encontro foi proposto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que passou o início da semana em reunião com ministros do governo. Em junho, o governo criou uma sala de situação preventiva para tratar sobre a seca e o combate a incêndios, especialmente no Pantanal e na Amazônia.
Nuvens de fumaça se espalham pelo país, alterando paisagens.
A Polícia Federal abriu investigação para apurar se as queimadas têm origem criminosa. Há indícios de ações coordenadas.
Incêndios também surgiram em outras regiões, como o Sudeste. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, também foram criados gabinetes de crise pelos governos locais. Na região serrana do Rio de Janeiro, o chefe do Parque Nacional da Serra dos Órgãos afirma que o fogo consome áreas raramente atingidas por incêndios.
Riscos
O tipo de câncer mais diretamente ligado à exposição prolongada à fumaça e poluição do ar é o de pulmão e outras partes do sistema respiratório.
Ubirani Otero aponta que, diferentemente de outras doenças agudas causadas pela exposição prolongada, como síndromes respiratórias, os cânceres podem levar de 20 a 30 anos para serem identificados.
"O período de latência é grande, então os efeitos dessa poluição de hoje para câncer a gente só vai ver depois de 20, 30 anos", alerta a epidemiologista. Fonte: Agência Brasil/Edição: Juliana Andrade

Fundado em 24 de maio de 1983

O Debate
do Maranhão
Correspondências enviar para Rua das Pêgas, Q. 9, Casa 17, Jd. Renascença II - São Luís (MA) - CEP.: 65075330

Editores:
Gildo Moraes **(licenciado)**
José Alípio: **(98) 98146-5009**
Editor do site: Flávia Bitencourt

Departº Comercial: Kellys Pinto, Gil Moraes e Leonardo Moraes
*Contatos: Whatisapp: **(98) 98860-0388**
E-mail: **redacao@jornalodebate.com.br**

O Debate do Maranhão

Política 3

Bate Rebate

GOVERNO DO MARANHÃO ENVIA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROJETO DE LEI QUE ACELERA PAGAMENTO DO PISO DA ENFERMAGEM

O Governo enviou à Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema) um Projeto de Lei que visa alterar a Lei Estadual nº 12.043, de 20 de setembro de 2023, com o objetivo de acelerar e desburocratizar o repasse do complemento financeiro para o pagamento do piso salarial dos profissionais da enfermagem no estado.

O projeto propõe mudanças na redação do §3° do artigo 6º da norma, que trata dos repasses de Assistência Financeira Complementar da União aos Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades filantrópicas, conforme previsto no artigo 198 da Constituição Federal, com a redação atualizada pela Emenda Constitucional nº 127, de 2022. O intuito é reduzir o prazo de repasse para instituições que prestam serviços de forma indireta à gestão estadual, agilizando os pagamentos.

A iniciativa busca garantir que os profissionais da enfermagem, incluindo enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares, recebam o piso salarial nacional com mais celeridade.

O secretário de Estado da Saúde, Tiago Fernandes, ratifica o comprometimento da atual gestão com as categorias de trabalhadores. "Por determinação do governador Carlos Brandão, nós temos procurado realizar o pagamento entre os dias 26 e 30 do mês. Com a proposta do Projeto de Lei, a ideia é efetivar o recebimento antes deste período", pontuou o secretário.

HILDO ROCHA PARTICIPA DE GRANDE ARRASTÃO REALIZADO POR FRANKLIM DUARTE EM BOM JESUS DAS SELVAS

Em Bom Jesus das Selvas, Hildo Rocha participou do mega arrastão promovido pelo prefeito Franklim Duarte, que concorre a um novo mandato tendo como candidato a vice Claudio Joel. O MDB participa da coligação Bom Jesus Segue Avançando.

Trabalho e benefícios para a população

Hildo Rocha citou algumas leis que tiveram como origem propostas legislativas que ele conseguiu aprovar e destacou benefícios à população que foram viabilizados por meio de emendas parlamentares que ele destinou ao município.

JUNIOR CASCARIA COMEMORA DECISÃO DO TRE QUE O MANTÉM NO MANDATO DE DEPUTADO ESTADUAL

Assecom Dep. Junior Cascaria

O deputado estadual Junior Cascaria (Podemos) utilizou a tribuna da Assembleia Legislativa, na manhã desta terça-feira (17), para destacar a vitória obtida junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que rejeitou a ação de suposta fraude de cota de gênero contra o partido Podemos, tornando-o livre da cassação.

A decisão foi tomada por unanimidade pelos sete membros da Corte Eleitoral maranhense. "A vontade popular foi respeitada. Nosso mandato, legítimo, continua intocável, graças à justa decisão do TRE. A verdade prevaleceu", destacou o deputado.

O partido Podemos sofreu acusação de praticar fraude à cota de gênero nas eleições de 2022. Além do deputado Junior Cascaria, a decisão do TRE também beneficia o deputado estadual Leandro Bello. O Ministério Público Eleitoral também emitiu parecer contra a cassação.

"Nosso mandato continua, com respeito, honra e fidelidade ao nosso povo. Seguiremos trabalhando firmemente por todos, especialmente pelo nosso Médio Mearim", frisou Junior Cascaria.

Emprego e propostas de desenvolvimento rendem votos para prefeituras

Se Odorico Paraguaçu fosse candidato a prefeito de Sucupira nas próximas eleições municipais, em 6 de outubro, teria dificuldade de se eleger. Para chegar lá, o personagem da novela O Bem Amado (1973) deveria abandonar o discurso populista e a prática de trocar favores por votos e adotar uma plataforma política com proposta efetivas para saúde, educação, cuidado e zeladoria da cidade, segurança pública, saneamento, infraestrutura e emprego, temas recorrentes em pesquisas eleitorais.

"Eu acho que prefeitos como Odorico Paraguaçu felizmente estão em extinção. Ele não é mais um tipo paradigmático", avalia o economista Jorge Jatobá, professor titular aposentado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e ex-secretário nacional de Política de Emprego e Salário (1995-1998).

Segundo o economista, em vez do perfil clientelista como o do personagem criado pelo dramaturgo Dias Gomes (1922-1999) para o teatro, e posteriormente visto na televisão, rendem voto nas eleições locais "discursos consistentes" e propostas que possam gerar empregos. "Os prefeitos têm que ser desenvolvimentistas, no sentido de promover oportunidades de negócio e investimento em seus municípios. Emprego é resultado de crescimento econômico."

Para isso, os candidatos a novos prefeitos precisam "manter a visão voltada para o crescimento da economia local" e, se eleitos, atrair empreendimento, "melhorando a infraestrutura do município, o acesso à cidade e a qualificação da força de trabalho."

Conforme o Jatobá, isso exige aptidões para articular e envolver a sociedade civil, forças produtivas locais, como empresários rurais e comerciantes. Também conta positivamente mobilizar o governo estadual e até o governo federal em torno da pauta municipal. "Assim se cria um círculo virtuoso em que quanto maior o crescimento, maior a geração de renda, maior o investimento, maior a capacidade produtiva."

"Quanto mais bem gerido é o município, mais atraente ele fica para novas empresas. E quanto mais bem gerido, mais as empresas que já estão no local se sentem bem para tocar seus projetos e contratar pessoas", confirma o economista Cláudio Hamilton Matos dos Santos, técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Para ele, "o crescimento econômico, em geral, é a combinação de esforço público e privado na mesma direção."

Na opinião do advogado Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), "a empregabilidade, por si só, é tema recorrente para a avaliação positiva ou negativa do gestor. Mas, além disso, pesa a qualidade do serviço público prestado e a indução no sentido de que a iniciativa privada assuma também o seu papel."

Grupo focal

"O que vai diferenciar bom prefeito ou mau prefeito é a capacidade de induzir o desenvolvimento", concorda a cientista política Karina Duailibi, especialista em pesquisas de opinião qualitativas, como as análises de grupo focal no qual os eleitores explicam por que votam ou não em determinado candidato. Ela considera que "emprego hoje faz parte da cesta de demandas da prefeitura", e a pauta está em ascensão desde a segunda década do século.

Desde então, assiste-se no Brasil a desconcentração de empregos em grandes áreas metropolitanas em favor de cidades de porte médio (100 mil a 500 mil habitantes), motivada pelo agronegócio, pela abertura de novas unidades de saúde e pela interiorização da formação profissional em novos campi das universidades federais e estaduais (cursos superiores) ou dos institutos federais (cursos técnicos).

Com mais de 20 anos de experiência em pesquisa em diversas cidades do Brasil, Karina percebe que se tornou recorrente a avaliação positiva de prefeitos quando são identificados com a transformação urbana, a chegada de empresas e oportunidades. Eleitores participantes de grupos focais avaliam que o "prefeito ideal" tem capacidade de induzir desenvolvimento. "Hoje, isso faz parte das expectativas."

O sociólogo Jorge Alexandre Neves, professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e diretor do Centro Internacional de Gestão Pública e Desenvolvimento, atesta que a pauta de emprego "é tema fundamental e costuma estar sempre entre os mais relevantes nas pesquisas de opinião."

Ele alerta que a falta de propostas para a geração de emprego e a desatenção ao assunto por parte dos candidatos podem gerar reveses, especialmente se o postulante é um prefeito que busca a reeleição. "Isso pode contaminar negativamente a campanha se um município vizinho consegue muitos investimentos que trazem bons empregos e a cidade do eleitor não atrai recursos."

"Entre os eleitores existe uma crença geral que as prefeituras cobram muito imposto, por isso as empresas não vão para o município", acrescenta o engenheiro e administrador Gérson Engrácia Garcia, dono de um instituto de pesquisa de mercado e opinião com sede em Ribeirão Preto, no interior paulista.

Indutor ou empregador

A cientista política Karina Duailibi pondera que as perspectivas dos eleitores mudam conforme o porte da cidade. Em municípios menores, a maior esperança é que o emprego seja criado na prefeitura. "Quanto menor o município, mais a população é dependente da máquina municipal." Nesses casos, "o prefeito não é um indutor de crescimento e ofertas de trabalho, mas o próprio empregador."

Cidades pequenas não podem prescindir do repasse constitucional de verbas dos estados e da União e do pagamento de benefícios sociais, aposentadorias e pensões. "Quanto mais o município é dependente disso, mais forte é a prefeitura como empregadora", ressalta.

Cláudio Hamilton Matos dos Santos, do Ipea, destaca que as transferências da União e dos estados resultam da descentralização de políticas públicas. "Os municípios tem tido cada vez mais atribuições e cada vez mais recursos para trocar essas atribuições". Por isso, "o emprego municipal tem crescido muito fortemente ao longo das duas últimas décadas deste século."

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, afirma que os municípios têm a maior parcela de servidores públicos do Brasil, empregados na provisão de serviços essenciais à população. Dados de 2022, repassados à Agência Brasil pela entidade, contabilizavam que as prefeituras tinham 2,3 milhões de profissionais da educação. Na saúde, eram 1,3 milhão de profissionais atuando em atenção básica e outros atendimentos. Na área administrativa, as prefeituras empregavam mais de 1,2 milhão de servidores e técnicos. E nos serviços gerais, como limpeza e alimentação, 940 mil servidores municipais.

A CNM calcula que a remuneração média dos servidores municipais naquele ano era de R$ 3.604. Os salários pagos variam conforme o cargo que o servidor ocupa. Assim, a média da remuneração de médicos era de R$ 11 mil. Os

O presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski - Foto José Cruz/Agência Brasil

funcionários dos serviços de limpeza e alimentação tinham remuneração média de R$ 1,8 mil.

Subemprego

De acordo com o Censo Demográfico 2022 (IBGE), sete de cada dez municípios brasileiros (total de 3.935 cidades) são considerados de pequeno porte, têm até 20 mil habitantes. Nessas cidades, os salários são menores e a empregabilidade também é mais reduzida.

"As pessoas nas cidades menores não têm muitas oportunidades de trabalho. Ou trabalham na prefeitura ou no comércio local - esse não paga nem o salário mínimo e não faz registro em carteira de trabalho. Essas pessoas vivem do subemprego", diz Gérson Engrácia Garcia.

De acordo com ele, o perfil mais exposto ao subemprego e até ao desemprego é o de pessoas com mais de 40 anos sem ofício, mães que querem voltar ao mercado de trabalho e jovens que se terminam o ensino médio, "não tem o que fazer". Nessas circunstâncias, as alternativas são o êxodo para municípios mais atrativos ou tentar o subemprego na própria cidade. "Então, um trabalha de mototáxi, o outro faz pequenos consertos, presta determinado serviço, ou vende bugigangas. As mulheres vendem peças íntimas, perfumes e cosméticos", relata o pesquisador.

Fonte: Agência Brasil/Edição: Graça Adjuto

William Santos realiza 4° Prêmio 'Beleza Top' reconhecendo os melhores de 2024

O apresentador do Programa Top da Tv BAND Maranhão e colunista social do Jornal o Debate William Santos realizou mais uma edição de sucesso do Prêmio Beleza Top. O evento aconteceu no Villa Reale Buffet, no Calhau. William Santos já está há bastante tempo na TV e conquistou o respeito e a admiração dos telespectadores. Veja os homenageados que se destacam no mercado da beleza e empresarial.

Fotos By Herbet Alves

William Santos e sua mãe Tereza Santos

Universitária Maria Clara Ataíde e William Santos

William Santos e artista digital Carolina Moraes

Terapeuta Naturopata Mayara Castro e William Santos

William Santos e a mestre de cerimônia Joyce Alburqueque

Paulinha Aguiar, Tonny Pires, Lu Mendes e Rita Matos

A bela apresentadora Karina Paz

Cerimonialista Carolina Chagas entre sua competente equipe

A nossa exuberante repórter Thayle Kadigi

FECOIMP 2024

Conselho da Mulher Empresária investe em capacitação na Fecoimp

Com o objetivo de promover capacitação sobre liderança, vendas e marketing digital, Conselho da Mulher Empresária (CME) da Associação Comercial, Industrial e Serviços de Imperatriz (ACII), preparou uma programação completa de workshops, palestras, paineis e imersões no Espaço Capacita, que acontece durante a 22ª Feira do Comércio e Indústria de Imperatriz (Fecoimp).

A presidente do CME, Carmem Bandeira, destaca o motivo para que o Conselho tivesse pensado em uma programação voltada ao conhecimento estratégico: "Nossa programação é pensada para atender às necessidades das mulheres empreendedoras, proporcionando conhecimento e ferramentas para impulsionar seus negócios", disse.

Todas as pessoas interessadas, sejam homens ou mulheres, podem se inscrever no site da Fecoimp e participar do Espaço Capacita. Confira alguns dos temas que serão trabalhados nos quatro dias de evento:

1. Painel - Liderança e Sucesso: Capacitando Gerações
2. Palestra: Preparação de Líderes para Sucessão Organizacional
3. Painel - Conexão de Sucesso: Atendimento e Vendas
4. Palestra: Como Aumentar Seus Fechamentos em Vendas
5. Workshop - O Sucesso no Marketing Digital: Posicionamento
6. Workshop - Compreensão Abrangente dos Processos Organizacionais
7. Workshop - Comunicação Não-Violenta (CNV) Aplicada às Relações de Trabalho
8. Workshop - Os Caminhos para Ter um Caixa Sempre no Azul: Precificação e Fluxo de Caixa

Sobre a Fecoimp, a presidente destaca que o Conselho da Mulher Empresária tem grandes expectativas para a Fecoimp 2024. "Esperamos que a feira seja um marco para o fortalecimento do nosso conhecimento e para a ampliação das nossas conexões". Carmem diz ainda acreditar que a feira será um divisor de águas, contribuindo significativamente para o crescimento das empresas participantes.

As inscrições para a programação apoiada pelo CME podem ser feitas pelo site da fecoimp pelo www.fecoimp.com.br.

As integrantes do CME irão se revezar entre as atividades e apoiar no Espaço Capacita. Além dessa participação direta, a presidente diz que será dado o início às vendas de ingressos para o 4º Fórum da Mulher Empresária, que será realizado no dia 19 de outubro.

A 22ª Fecoimp acontece entre os dias 18 a 21 de setembro de 2024, no Centro de Convenções de Imperatriz, e é realizada pela ACII com apoio da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema), Prefeitura Municipal de Imperatriz, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-Maranhão), Marinha do Brasil, Aeronáutica, 50ºBis e Exército Brasileiro. A programação cultural da feira é apresentada pelo Ministério da Cultura e Equatorial Energia, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, do Ministério da Cultura e Governo Federal - União e Reconstrução.

A Fecoimp 2024 conta com o patrocínio do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (Seinc) e da Secretaria de Estado do Turismo (Setur), além da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), Bradesco, Credishop, Equatorial Energia, Suzano, Valor Logística Integrada (VLI), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Maranhão (Fecomércio), Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Governo Federal.

Fonte: Associação Comercial, Industrial e Serviços de Imperatriz - ACII

Santa Rita e Barreirinhas recebem o Movimenta Agro

Sebrae promove capacitação e acesso a novas tecnologias para produtores rurais nas regiões de Lençois e Munim.

O Sebrae, em mais uma iniciativa voltada ao fortalecimento dos produtores rurais, realizou o Movimenta Agro, evento que visa transformar o cenário rural nas regiões de Lençois e Munim. A ação reuniu capacitação, consultoria, orientação técnica e reconhecimento cultural, com o objetivo de preparar o produtor rural para enfrentar os desafios do setor e explorar novas oportunidades de mercado. O Movimenta Agro irá acontecer em diversos municípios até o mês de novembro.

Nos dias 14 e 15 de setembro, o Movimenta Agro teve início nos municípios de Santa Rita, com o 2º Circuito de Mandiocultura e Práticas Apícolas realizado na Agropecuária Alves; e em Barreirinhas, com a Primeira Feira Cultural Quilombola no Povoado Santa Cruz.

Capacitação em Santa Rita

Em Santa Rita, os produtores da região que participaram do 2º Circuito de Mandiocultura e Práticas Apícolas puderam se aperfeiçoar, adquirindo conhecimentos sobre o uso de novas tecnologias e manejo da propriedade. O evento abordou temas como planejamento direto, rotação de culturas, manejo de solo e alternativas apícolas, além da discussão sobre políticas públicas para transformação no campo.

"O objetivo do evento é treinar e trazer novas tecnologias, tanto para o pequeno, quanto para o grande produtor rural da região. Estamos apresentando a agricultura 4.0, com inovações tecnológicas que transformam o campo, além de ser um espaço experimental onde os participantes podem conhecer e aplicar essas novidades. Um destaque especial é o Espaço da Mulher, que valoriza a participação feminina no agro, promovendo a inclusão e o empreendedorismo. Essa ação faz parte do nosso compromisso com o desenvolvimento rural sustentável", explicou Fernanda Moura, proprietária da Agropecuária Alves.

Feira Cultural Quilombola: valorização do associativismo e gastronomia

Já no dia 15 de setembro, o Movimenta Agro contou com a Primeira Feira Cultural Quilombola, no Povoado Santa Cruz, em Barreirinhas. O evento uniu moradores e visitantes em torno de atividades culturais e comerciais, com foco no associativismo, turismo rural e gastronomia tradicional. A feira também buscou fortalecer a identidade cultural da comunidade quilombola, promovendo o artesanato, a música e as comidas típicas.

"Essa feira foi muito especial para a nossa comunidade. O Sebrae trouxe essa iniciativa e foi muito proveitosa para mostrar nosso artesanato, nossa cultura e tudo o que temos a oferecer, pois as pessoas não sabem que temos uma comunidade quilombola rica em história e tradições aqui em Barreirinhas. Essa feira veio nos dar visibilidade e mostrar que somos fortes e resilientes", ressaltou Ana Rosa, representante do Quilombo Santa Cruz.

A estudante Kassia Kaylane, também moradora da comunidade, destacou a importância do evento. "Essa feira não só mostra que mantemos viva a nossa cultura, como também fortalece a economia local. É uma oportunidade para que a população de Barreirinhas conheça nossas tradições e nos ajude a preservá-las. A feira é essencial para manter nossas raízes e reafirmar a força de nossa comunidade", ressaltou a estudante.

Expansão do Movimento Agro - Para o gerente da Unidade de Negócios do Sebrae em Lençois-Munim, David Felipe, o movimento representa um passo importante no trabalho do Sebrae na região. "O Movimenta Agro é uma ação em constante expansão, conectando produtores rurais a uma rede de parceiros e oportunidades de negócios. Fonte: Assessoria de Comunicação Sebrae

Embrapa Cocais e Funai realizam oficina do Sisteminha Comunidades no Maranhão

Este mês, Embrapa Cocais e Funai realizaram a Oficina Sisteminha Comunidades em Grajaú-MA para ensinar sobre a construção dos módulos do Sisteminha Comunidades, como tanques de piscicultura, composteiras, minhocários, galinheiros e áreas de plantio.

O evento ocorreu no Território Indígena Morro Branco (parte prática) e na Universidade Federal do Maranhão - UFMA (parte teórica) e contou com o apoio também da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de MG – FAPEMIG, Prefeitura Municipal e Secretarias Municipais de Economia Solidária e Agronegócio do município e UFMA.

Participaram 15 indígenas do estado do Maranhão representando cinco povos - Guajajara, Gavião, Kanela, Timbira e Krenyê – de terras indígenas Morro Branco, Governador, Araribóia, Gavião, Geralda Toco Preto, Krenyê e Porquinhos. E ainda 10 indígenas de outros estados representando 8 povos - Macuxi, Terena, Kaingang, Guarani, Xokleng, Krahô, Xerente e Ye'kuana - oriundos dos territórios indígenas Ibirama Lã Klanõ (SC), Palmas (SC/PR), Guarita (RS), Cachoeirinha (MS), Buriti (MS), Raposa Serra do Sol (RR), Xerente (TO), Krahô (TO) e Morro da Palha (SC).

A tecnologia é apropriada para pequenos espaços, em áreas urbanas e rurais, para garantir alimentação básica e diversificada às famílias e possibilitar a geração de renda, por meio da comercialização do excedente da produção. Possui baixo custo e alta adaptabilidade às diversas condições de clima, solo, água, populações, urbanização (ou não) e mercados locais.

Para o pesquisador da Embrapa Cocais Luiz Carlos Guilherme, os benefícios para os povos indígenas com a implantação do Sisteminha Comunidades são diversos: fortalecimento da soberania e segurança alimentar das famílias indígenas; provisão de alimentos acessíveis e de qualidade; geração de renda com os excedentes de produção; otimização do uso dos recursos naturais envolvidos na produção, com redução dos desperdícios; diversificação produtiva; empoderamento das mulheres e jovens; e fixação dos indígenas em seus territórios. Além disso, segundo ele, "no atual contexto de crise/mudanças climáticas, modelos de produção resilientes e inteligentes são oportunidades de repensar o uso dos recursos naturais. A adaptabilidade do Sisteminha aos contextos urbanos e periurbanos é ampla, o que pode beneficiar à sociedade em geral".

Para o coordenador de Produção Sustentável da Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento (CGEtno) da Funai, Leiva Martins Pereira, a referida tecnologia foi escolhida pela Funai como ferramenta prática para a produção de alimentos de qualidade, com rapidez e sustentabilidade, no enfrentamento à escassez da produção de alimentos nas comunidades indígenas. "Esperamos que esta oficina seja uma semente a ser adaptada e replicada nos mais diversos contextos, promovendo o direito humano à alimentação adequada, previsto em nossa Constituição Federal", afirmou.

Novas oficinas em nível nacional estão previstas para 2025 e 2026 com a participação das Coordenações Regionais da Funai. E, também, futuras capacitações em nível local voltadas para as Coordenações Técnicas Locais (CTLs), indígenas e instituições estaduais, para a disseminação do Sisteminha.

Histórico da tecnologia em terras indígenas

O Sisteminha é uma Tecnologia Social desenvolvida para integrar sistemas de produção de alimentos em escala familiar, ideal para pequenos espaços (a partir de 100m²), com o máximo aproveitamento de insumos e recursos naturais como resultado dessa integração de sistemas. Seu módulo central é um tanque de piscicultura de escala familiar (cerca de 4m de diâmetro), com recirculação de água, integrado a outros módulos diversos de produção (horta, galinheiro, apicultura, compostagem, etc).

A tecnologia desenvolveu-se a partir da Tese de Doutorado do Pesquisador Luiz Carlos Guilherme, realizada na UFU com apoio da FAPEMIG, no início dos anos 2000. Desde então têm sido implementada nas mais diversas realidades da agricultura familiar, dentro e fora do País, com destaque para o continente africano.

Há cerca de 10 anos atrás, a partir de diálogos da Embrapa Cocais com a Coordenação Regional da Funai no Maranhão (CR-MA), começaram algumas experiências de implementação do Sisteminha em Terras Indígenas no estado. Em 2021, essa ação ganhou mais força, com experiências marcantes de implementação, tal como a do Povo Krenyê, no município de Tuntum-MA, cuja estratégia de fixação no território recém-constituído tem a marca da exitosa implementação dos módulos de aves de postura do Sisteminha, compostagem e início da produção de mudas de batata doce.

Desde o ano passado, com a reorganização do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e sua articulação com a Embrapa, ganhou força a proposta de se constituir a iniciativa Sisteminha Comunidades, voltada para o atendimento e expansão da tecnologia junto aos Povos Indígenas e demais Povos e Comunidades Tradicionais no país.

Desde março de 2024, na ocasião da Oficina de Estruturação da Rede Nacional do Sisteminha Comunidades no Brasil, a Funai passou a compor a Rede Sisteminha Comunidades, junto com diversas instituições governamentais, ONGs e sociedade civil.

Flávia Bessa (MTb 4469/DF)
Embrapa Cocais

O Debate do Maranhão

Detran-MA lançará Semana Nacional de Trânsito 2024 no Maranhão

O Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran-MA), órgão integrante do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), em parceria com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Polícia Militar do Estado do Maranhão (PMMA), através do Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual (BPRv), e os demais integrantes do Sistema de Segurança Pública do Maranhão, promoverão, nesta quarta-feira (18), a partir das 7h, a solenidade de lançamento da Semana Nacional de Trânsito 2024 no Maranhão, na Praça do Pescador, na Avenida Litorânea.

Na ocasião, será promovida blitz educativa para reforçar a mensagem de adoção de comportamentos mais seguros no trânsito. Serão distribuídos panfletos e os educadores orientarão sobre importantes pautas, como não dirigir sob o efeito de bebidas alcoólicas e não utilizar celular ao volante.

A Semana Nacional de Trânsito é um evento anual realizado entre os dias 18 e 25 de setembro em todo o Brasil, com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da segurança no trânsito. Em 2024, o tema da SNT é "Paz no Trânsito Começa por Você".

SERVIÇO

O quê: Detran-MA lançará Semana Nacional de Trânsito 2024.

Quando: Nesta quarta-feira (18), a partir das 7h.

Onde: Praça do Pescador (Avenida Litorânea - Praia de São Marcos, São Luís - MA).

Fonte: Secom/MA

Hospital Veterinário da Uema oferece vacinação antirrábica gratuita para cães e gatos

O Hospital Veterinário Universitário da Universidade Estadual do Maranhão (HVU/Uema) disponibilizará, neste sábado (21), vacinação antirrábica gratuita para cães e gatos por meio do projeto "Posto de Vacinação". O serviço será oferecido todos os sábados, das 7h30 às 12h, no Campus Paulo VI, em São Luís, sem necessidade de agendamento. O atendimento segue por ordem de chegada.

A vacinação é voltada para cães e gatos com mais de 4 meses de idade. É recomendado levar a carteirinha de vacinação do animal, se disponível. A vacina deve ser reforçada anualmente. Caso o animal não tenha sido vacinado ou a última dose tenha sido aplicada há mais de um ano, o responsável deve procurar o serviço.

O HVU, fundado em 1977, oferece diversos serviços de saúde para pequenos animais, como consultas, cirurgias, exames e internações, além da vacinação.

O Hospital Veterinário Universitário da Uema desempenha um papel fundamental no cuidado com a saúde animal e na formação de profissionais em Medicina Veterinária. Além de beneficiar a comunidade com serviços acessíveis, é um espaço de aprendizado prático e pesquisa, contribuindo para o avanço da medicina veterinária no estado.

Governo discute linha de cuidado à pessoa com deficiência no Maranhão

Visando à ampliação do cuidado às pessoas com deficiência no Maranhão, o Governo do Estado, por meio das Secretarias de Estado da Saúde (SES) e dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), promoveu, nesta terça-feira (17), espaço de diálogo sobre construção da Rede Assistencial e atualização das ações no que compete à gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Este é o terceiro encontro sobre o assunto e é uma resposta à solicitação feita pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Maranhão (CEPD-MA) e do Fórum da Pessoa com Deficiência. Na oportunidade, também se fizeram presentes representantes do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) e Defensoria Pública do Estado (DPE-MA).

"O governo tem duas agendas muito bem definidas, uma é a expansão da rede e a outra é a democratização do acesso aos serviços. Para democratizar esse acesso, nós precisamos do apoio dos 217 municípios, pois nos territórios quem tem acesso às informações são eles e é através do diálogo e construção conjunta que iremos conhecer as subjetividades, identificar os mais necessitados e trabalhar para alcançar a todos com serviços de qualidade", disse o secretário de Estado da Saúde, Tiago Fernandes.

A reunião teve como ponto de partida o Planejamento Regional Integrado (PRI), cujo objetivo é o fortalecimento das Macrorregiões de Saúde por meio da Rede de Atenção à Saúde (RAS), viabilizando a estruturação e disposição dos atendimentos desde a urgência e emergência à média e alta complexidade.

A gestão do governador Carlos Brandão tem intensificado o trabalho de sensibilização junto aos gestores locais com foco na construção de uma rede de atenção à saúde compartilhada. Diante disso, uma das respostas apresentadas pela SES às reivindicações do PRI durante a reunião foi o Projeto Planifica Maranhão, estratégia que tem como objetivo organizar os processos de trabalho da Atenção Primária, Ambulatorial, Especializada e das Equipes de Saúde da Família (eSF) no Maranhão.

"Nós estamos aqui para ouvir e nos colocar à disposição para que a pauta, de fato, consiga avançar. A Secretaria de Saúde é um dos principais órgãos de garantia de direitos para essas pessoas. Essa agenda demarca este momento e trazer a sociedade civil para perto ajuda a conduzir o processo muito bem", destacou a secretária de Estado da Sedihpop, Lília Raquel Negreiros.

Presente na reunião, a secretária adjunta da Política de Atenção Primária e Vigilância em Saúde da SES, Deborah Campos, pontuou que a Macrorregião Leste do estado já se encontra planificada e que as Macrorregiões Sul e Norte seguem em fase de implementação. "Estamos fazendo levantamento pela atenção primária de todas as pessoas com deficiência no território. O objetivo é trabalhar as políticas públicas em relação à pessoa com deficiência".

Na Rede Estadual de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) do Maranhão, as pessoas com deficiência podem receber assistência multiprofissional em nove serviços de referência, distribuídos em São Luís, Bacabal e Imperatriz. Esses serviços garantem a conquista da qualidade de vida, autonomia e bem-estar de crianças, adultos e idosos usuários do SUS com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial ou por saúde mental.

De acordo com o presidente do Conselho Estadual de Direito da Pessoa com Deficiência do Maranhão, Paulo Carneiro, a avaliação pós reunião foi positiva. "Foi muito esclarecedora a reunião. Nós estávamos no escuro, então a gente precisava de fato reunir com a equipe da Secretaria Estadual de Saúde, como também o secretário de saúde, para que a gente pudesse sair daqui com as informações que nós buscamos e continuar a debater a Política da Pessoa com Deficiência para que ela de fato seja efetivada".

Fonte: Secom/MA

São Luís receberá o Festival Paralímpico Loterias Caixa no sábado (21)

Evento acontecerá no Ginásio Paulo Leite (Foto: Divulgação)

No próximo sábado (21), São Luís será palco da primeira edição do Festival Paralímpico Loterias Caixa 2024, promovido pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) por meio da sua diretoria de Desenvolvimento Esportivo. O evento acontecerá a partir das 8h no Ginásio Paulo Leite, no Complexo Esportivo Canhoteiro, localizado no bairro Outeiro da Cruz.

O evento contará com a participação de 200 inscritos, entre crianças e adolescentes de 9 a 17 anos, que possuem deficiência física, visual ou intelectual e sem deficiência. Ao todo, serão oferecidas três modalidades paralímpicas (bocha, atletismo e tênis de mesa).

"Este festival tem como objetivo promover a prática esportiva entre pessoas com deficiência e integrar a comunidade em um dia de atividades inclusivas e educativas", destaca o coordenador do Paradesporto da Sedel, José Henrique de Azevedo.

O Festival terá duas edições neste ano. A de setembro celebra o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21) e ao Dia Nacional do Atleta Paralímpico (22). Também haverá uma segunda edição em dezembro, no dia 7, sábado, em comemoração ao Dia Internacional da Luta da Pessoa com Deficiência, celebrado no dia 3.

Imprensa

O profissional de imprensa interessado na cobertura do Festival Paralímpico Loterias Caixa necessita enviar um e-mail para imp@cpb.org.br, com os seguintes dados: nome completo, RG ou CPF, veículo para qual realizará o trabalho, e cidade em que será feita a cobertura.

Fonte: Secom/MA

Apex assina convênios de R$ 537 milhões para incentivar exportação

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) apresentou, nesta terça-feira (17), os 23 convênios assinados com entidades empresariais e o acordo firmado com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para apoio às exportações do país, com a atração de investimentos e a promoção de empresas brasileiras no exterior. As iniciativas setoriais envolvem R$ 537 milhões em recursos e devem beneficiar quase 19 mil empresas nos próximos dois anos.

O acordo com o Sebrae visa incentivar cooperativas, micro e pequenas empresas (MPE), especialmente das regiões Norte e Nordeste, a iniciar ou aperfeiçoar estratégias voltadas para a exportação. Serão aproximadamente R$ 175 milhões para o desenvolvimento de novos produtos e metodologias para suprir lacunas na jornada do empreendedor que quer exportar, ações alinhadas à Política Nacional da Cultura Exportadora.

Em evento no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou as parcerias e reafirmou a importância de fazer o dinheiro circular nas mãos da população para alavancar a economia. "A palavra mágica é você transformar as pessoas em pequenos consumidores", disse.

"Eu só penso em consumo porque não tem indústria se não tiver consumo. Ninguém vai investir numa indústria se não tiver mercado para vender o seu produto. Então o milagre é a gente criar condições para que todas as pessoas tenham um pouco", acrescentou Lula, defendendo a política de valorização do salário mínimo como política de distribuição de renda no país.

No mesmo sentido, o presidente defendeu a oferta de crédito aos pequenos e médios empresários. "É muito mais fácil para um gerente de um banco atender um cara só que quer pedir R$ 1 bilhão emprestado, e ainda vai fumar um charuto, se receber o empréstimo, do que você receber mil pessoas de sandália Havaiana, com o pé cheio de craca, que quer pedir apenas 50 mil emprestados", disse.

"Se levou tanto tempo nesse país se falando de pequena e média empresa, se não fossemos nós [os governos do PT]. não tinha a lei geral da micro e pequena empresa, não tinha o MEI, não tinha o Ministério da Pequena e Média Empresa que nós criamos, a Apex não existia, porque tudo isso foi feito para criar condições de colocar os invisíveis visíveis. E, quando a gente consegue fazer com que os invisíveis sejam enxergados, a coisa melhora", afirmou.

Por meio dos atos firmados nesta terça-feira, serão realizadas ações como promoção dos negócios brasileiros em feiras internacionais, rodadas de negócios com compradores estrangeiros, missões com importadores ao Brasil para conhecer a produção brasileira, além de estudos de mercado, defesa de interesses e acesso a mercados.

Economia exportadora

Para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a exportação pode ser "o carro-chefe" do bom ciclo econômico que o Brasil vive. Segundo Haddad, a reforma tributária vai eliminar a cumulatividade de tributos, "que é um mal da economia brasileira", do atual sistema tributário. "Quando nós virarmos a chave e eliminarmos a cumulatividade, vocês vão poder trabalhar com o preço real da mercadoria, em condições de igualdade competitiva com os seus concorrentes que estão instalados em outros países. Isso vai ser um ganho de produtividade para a economia brasileira."

Haddad afirmou também que o governo vem atuando na oferta de crédito e na formação de fundos garantidores para financiar os pequenos exportadores, como é ofertado aos grandes.

"Essa questão – tributo, crédito e seguro – é um tripé muito importante que o Brasil nunca encarou, definitivamente, para transformar. O Brasil sempre pensou no mercado interno – a gente foi o campeão de substituição de importações. Só que esse modelo esgotou, esgotou faz muito tempo. Ou nós nos transformamos numa plataforma de exportação ou nesse mundo novo que nós estamos vivendo, com a inteligência artificial, com transição ecológica, é muito desafiador o que está colocado", disse.

Fonte: Agência Brasil/ Edição: Nádia Franco

Lula sanciona com vetos lei que desonera 17 setores da economia

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com vetos, o projeto de lei que trata da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e de municípios com até 156 mil habitantes. A sanção foi publicada em edição extra no Diário Oficial da União de segunda-feira (16).

A lei determina que a desoneração valerá por este ano, mas será reduzida gradualmente a partir de 2025, aumentando 5% a cada ano, até chegar a 20% em 2028. No caso dos municípios, a alíquota previdenciária sai dos 8% este ano e aumenta gradualmente até chegar à alíquota de 20% a partir de 2027.

Vetos

Os vetos presidenciais incluem artigos que previam a criação, no Executivo, de centrais de cobrança e negociação de créditos não tributários para acordos relacionados a contenciosos administrativos, judiciais ou de cobrança de débitos inscritos – em dívida ativa ou de titularidade da União ou de autarquias, fundações – detidos por pessoas físicas ou jurídicas.

Na justificativa do veto, a Presidência argumenta que a proposta "adentra, de forma detalhada, na sistemática de centrais de cobrança e de negociação de créditos não tributários, atribuindo competências, pelo seu teor, transversalmente a unidades administrativas do Poder Executivo Federal, por meio de propositura de iniciativa parlamentar".

Nesse sentido, segundo a justificativa do veto, se aprovado, o dispositivo acarretaria "modificação na organização e funcionamento da Administração Pública", exigindo iniciativa de propositura legislativa pelo chefe do Poder Executivo.

Foi também vetado o artigo que destinaria à Advocacia-Geral da União e ao Ministério da Fazenda recursos prioritários para o desenvolvimento de sistemas de cobrança e de soluções negociáveis de conflitos para a Procuradoria-Geral Federal e para a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

De acordo com a justificativa do veto, esse dispositivo contraria o interesse público, "pois restringe a órgãos específicos a destinação de recursos prioritários para o desenvolvimento de sistemas de cobrança e soluções negociáveis de conflitos, o que prejudica a adoção de critérios de oportunidade e conveniência na alocação de recursos para a política de regularização de crédito público".

O terceiro veto foi do artigo que previa a indicação, pelo Executivo, no prazo de 90 dias, de um responsável pelos custos de desenvolvimento, disponibilização, manutenção, atualização e gestão administrativa de sistema unificado de constituição, gestão e cobrança de créditos não tributários em fase administrativa das autarquias e fundações públicas federais.

Segundo o Planalto, da forma como o texto se encontrava resultaria em interferências do Legislativo em atribuições exclusivas do Executivo federal. "Essa exigência representaria interferência indevida do Poder Legislativo nas atividades próprias do Poder Executivo, uma vez que a direção superior da administração pública federal é competência privativa do Presidente da República", justificou a Presidência.

Por fim, Lula vetou o artigo que designaria prazos para a reivindicação de recursos esquecidos em contas de depósito ou que tenham sido repassados ao Tesouro Nacional.

O artigo vetado definia que esses recursos poderiam ser reclamados junto às instituições financeiras até 31 de dezembro de 2027 pelas instituições depositárias. De acordo com o Planalto, esse dispositivo contraria o interesse público ao estabelecer tal prazo para a reivindicação. Além disso, o prazo seria conflitante com outros delineados para a mesma finalidade.

Fonte: Agência Brasil/ Edição: Fernando Fraga

Governo do Maranhão e Grupo Vila Galé assinam termo de cessão de imóveis para implantação de unidade hoteleira no Centro Histórico de São Luís

Para fortalecer a cadeia turística do estado e a revitalização do Centro Histórico de São Luís, o Governo do Maranhão e o Grupo Vila Galé assinaram termo de cessão de uso de imóveis onde serão implantadas unidades da rede hoteleira na capital maranhense. Durante a solenidade, que aconteceu no Salão de Atos do Palácio dos Leões, o governador Carlos Brandão destacou os potenciais socioeconômicos do empreendimento, que vai gerar novos empregos no estado.

Foram cedidos ao Grupo Vila Galé os imóveis onde funcionavam a Casa do Maranhão, na Rua do Trapiche, e o Largo do Comércio, onde funcionava a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA), na Rua da Estrela. Juntos os dois imóveis terão 140 apartamentos para hospedar os turistas que vierem conhecer a capital maranhense. O Grupo Vila Galé também recebeu a cessão de um imóvel na Rua Portugal, nº 198, onde funcionarão o setor administrativo das unidades, além de um restaurante.

Durante a solenidade de assinatura do termo de cessão dos imóveis, o governador Carlos Brandão afirmou que a chegada do grupo ao estado vai contribuir para o desenvolvimento do potencial socioeconômico do Centro Histórico de São Luís, movimentando o setor de serviços, turismo e a cultura.

"A vinda do Vila Galé vai transformar nosso Centro Histórico, pois os hotéis funcionam 24h. Então, isto representa movimento e habitação 100% do tempo na região, o que atrai mais segurança, higiene, limpeza e a prestação de novos serviços à sociedade e aos turistas. Com isso, nosso turismo vai crescer muito, além das nossas atividades de lazer e culturais, gerando mais empregos e renda diretos e indiretos para a população", assinalou o governador Carlos Brandão.

O presidente do Grupo Vila Galé, José Rebelo de Almeida, ao se referir à importância dos investimentos na capital maranhense que incluem a recuperação de prédios históricos para a implantação dos novos empreendimentos do grupo, disse que a não preservação da história das cidades representa o risco de perda da alma e identidade do lugar. Fonte: Secom/Fotos: Rodrigo Ribeiro

Últimas

Toffoli é internado com inflamação nos pulmões

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi internado nesta terça-feira (17) com inflamação nos pulmões. A informação foi confirmada pela assessoria de imprensa da Corte.

De acordo com o Supremo, um boletim médico deve ser divulgado nas próximas horas para atualizar o estado de saúde do ministro.

A internação ocorre em meio às queimadas dos últimos dias, que deixaram Brasília, onde o ministro mora, coberta pela fumaça do fogo que consome parte do Parque Nacional. O período de estiagem na capital federal já dura mais de 140 dias.

O fogo começou no domingo (15) e teve origem criminosa. A Polícia Federal investiga o caso.

Edição: Juliana Andrade

Governador recebe vice-presidente da TIM e anuncia cobertura 5G em 100% dos bairros de São Luís

O governador do Maranhão, Carlos Brandão, recebe nesta quarta-feira (18), no Palácio dos Leões, em São Luís, a visita de cortesia do vice-presidente de receitas da operadora de telefonia TIM, Fábio Avellar, que na oportunidade apresentará ao chefe do Poder Executivo estadual o plano de investimentos da operadora para o Maranhão e um marco atingido pela empresa no estado: a TIM é a primeira operadora a cobrir todos os 48 bairros de São Luís com a tecnologia 5G.

Também participam da reunião com o governador do Maranhão, a diretora da regional Centro-Oeste e Norte da TIM, Graciela Berlezi e dois representantes da área de Relações Institucionais da operadora, Cleber Affanio e Bianca Franco.

De acordo com a empresa, clientes da TIM em toda a capital maranhense já podem usufruir da qualidade da tecnologia de quinta geração da operadora. No Maranhão, a rede 5G também está ativa em Imperatriz, município maranhense que é polo econômico da região sudoeste do estado.

Com dois anos de operação da rede de celulares 5G, a TIM é líder na nova tecnologia no país. A companhia atualmente cobre 403 cidades brasileiras com a rede de quinta geração, contemplando 60% da população urbana com mais de oito mil antenas 5G no país, a maior quantidade entre as operadoras.

Internet em Cujupe, Ponta da Espera e no Terminal Rodoviário

Para a companhia, o Maranhão é um estado estratégico, por isso a operadora tem desenvolvido projetos de impacto para aumentar a conectividade na região. No fim do ano passado, a TIM instalou duas torres de telefonia nos terminais de Cujupe, em Alcântara, e Ponta da Espera, em São Luís. A ativação foi essencial para melhorar a experiência dos usuários que realizam deslocamentos diários de ferry-boat entre as localidades.

Além disso, um acordo entre a empresa e o Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (Procon-MA) resultou na ativação do serviço de WI-FI gratuito no Terminal Rodoviário de São Luís.

Fonte:Secom/MA

MDIC quer ampliar Programa Reintegra a partir de 2025, diz Alckmin

Primeira etapa irá beneficiar as pequenas empresas.

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, disse nesta terça-feira (17) que a pasta está trabalhando para ampliar, a partir de 2025, o programa Reintegra, que permite que as empresas exportadoras recebam de volta parte dos valores pagos em impostos.

De acordo com Alckmin, o programa será feito em etapas. Na primeira fase de ampliação do programa, que está sendo chamada de Reintegra de Transição, apenas as pequenas empresas deverão ser beneficiadas.

"Começaremos pelos pequenos, a meta é o ano que vem. É o que eu chamo de Reintegra de Transição, porque isso vai acabar com a reforma tributária. Na hora em que tivermos a reforma tributária toda em vigência, não terá mais cumulatividade de crédito. Mas, até lá, estamos trabalhando para fazer um Reintegra de Transição, começando com as pequenas empresas", disse ele, ao participar da abertura do congresso da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), por meio de videoconferência.

Durante apresentação aos empresários, Alckmin também destacou a reforma tributária, que está em fase de regulamentação no Senado. "A reforma tributária desonera, simplifica e tira cumulatividade. Então ela deve estimular investimentos e exportação", disse ele, citando que previsões do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que, em 15 anos, a reforma tributária poderá aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) em 12%, além de impulsionar os investimentos em 14% e as exportações em 17%.

Em seu discurso, o vice-presidente falou ainda sobre o programa de depreciação acelerada para compra de máquinas e equipamentos, estimulando novos investimentos e a modernização industrial. "Sobre a depreciação acelerada, já foi feita a portaria interministerial e ela já está aberta para receber as propostas para compra de máquinas, equipamentos e aparelhos". Segundo ele, serão R$ 3,4 bilhões em créditos financeiros, sendo metade neste ano e metade no ano que vem", falou.

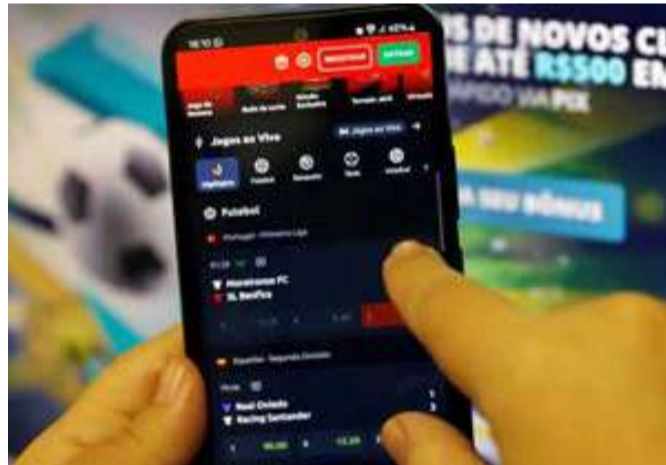
Fonte: Agência Brasil/Edição: Sabrina Craide

Bets que não pediram autorização serão suspensas a partir de outubro

A partir de 1º de outubro, as empresas de apostas de quota fixa, também chamadas de bets, que ainda não pediram autorização para funcionarem no país terão as operações suspensas. A suspensão valerá até que a empresa entre com um pedido, e a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda conceda a permissão.

A medida consta de portaria do Ministério da Fazenda publicada nesta terça-feira (17) no Diário Oficial da União. A companhia que pediu a licença, mas ainda não atuava, terá de continuar a esperar para iniciar as operações em janeiro, se a pasta liberar a atividade.

Pela manhã, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que o governo fará um pente-fino na regulamentação das apostas eletrônicas. Ele disse que a dependência psicológica em apostas se tornou um problema social grave.

"[A regulamentação] tem a ver com a pandemia [de apostas eletrônicas] que está instalada no país e que nós temos que começar a enfrentar, que é essa questão da dependência psicológica dos jogos", disse Haddad. "O objetivo da regulamentação é criar condições para que nós possamos dar amparo. Isso tem que ser tratado como entretenimento, e toda e qualquer forma de dependência tem que ser combatida pelo Estado."

Segundo Haddad, o ministério analisará com rigor o impacto do endividamento de apostadores sobre a economia, o uso do cartão de crédito para pagar apostas, a publicidade com artistas e influenciadores digitais e o patrocínio de bets.

"Tudo isso vai passar, nessas próximas semanas, por um pente-fino bastante rigoroso, porque o objetivo da lei é fazer o que não foi feito nos quatro anos do governo anterior. Isso virou um problema social grave e nós vamos enfrentar esse problema adequadamente", acrescentou o ministro.

Operações policiais

Em nota, o secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, Regis Dudena, informou que a suspensão das bets que não pediram a autorização servirá como um instrumento temporário para separar as companhias sérias das que atuam de forma criminosa, especialmente após recentes operações policiais.

"Têm vindo à tona muitas operações policiais envolvendo empresas que atuam no mercado de apostas de forma criminosa. Essa foi a forma que encontramos de não aguardar até janeiro para começar a separar o joio do trigo", justificou Dudena. "Queremos proteger a saúde mental, financeira e física do apostador, coibindo a atuação de empresas que utilizam as apostas esportivas e os jogos online como meio de cometer fraudes e lavagem de dinheiro."

Segundo o Ministério da Fazenda, até agora foram feitos 113 pedidos de outorga na primeira fase de licenciamento. Como cada licença custa R$ 30 milhões, o governo teria R$ 3,3 bilhões à disposição no próximo ano. A partir de janeiro, as casas de apostas autorizadas que pagarem a outorga poderão operar até três marcas durante cinco anos.

Fonte: Agência Brasil/Edição: Juliana Andrade